

O CONGO VILABOENSE REPRESENTADO EM HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UMA PROPOSTA DE MÍDIA EDUCATIVA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

THE VILABOENSE CONGO REPRESENTED IN COMICS: A PROPOSAL FOR MEDIA EDUCATION FOR HERITAGE EDUCATION

Jade Damásio MELO

Luana Nunes Martins de LIMA

Resumo: Essa pesquisa teve como proposta a produção de uma história em quadrinhos (HQ), a qual representa de forma lúdica e criativa em suas páginas uma narrativa sobre o Congo Vilaboense da Cidade de Goiás – GO. A HQ produzida é uma mídia educativa resultante da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP – UEG) sobre o Congo Vilaboense, entre os anos de 2019 a 2021, cujo objetivo foi investigar a resistência da dança do Congo na Cidade de Goiás, partindo da memória da antiga Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A metodologia consistiu em levantamento bibliográfico, de fontes documentais e pictográficas e entrevistas com os conguistas locais. A HQ intitulada “A Família Real Vilaboense” é uma mídia que propõe a promoção de uma educação patrimonial decolonial e que possibilita a abordagem de temas como cultura e história afro-brasileira no contexto da história de Goiás, o que pode contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico dos leitores e para a valorização do bem patrimonial investigado, a dança do Congo Vilaboense.

Palavras-chave: Congo Vilaboense. Ensino de História. Histórias em Quadrinhos. Educação Patrimonial.

Abstract: This research had as its proposal the production of a comic book, which represents in a playful and creative way in its pages a narrative about the Congo Vilaboense of the City of Goiás - GO. The comic produced is an educational media resulting from research carried out in the Professional Master in Cultural Studies, Memory and Heritage (PROMEP - UEG) on the Congo Vilaboense, between the years 2019 a 2021, whose objective was to investigate the resistance of the Congo dance in the City of Goiás, starting from the memory of the old Brotherhood of Our Lady of the Rosary of Black Men. The methodology consisted of bibliographic survey, documentary and pictographic sources and interviews with local conguists. The comic entitled "Vilaboense Royal Family" is a media that proposes the promotion of a decolonial heritage education and that enables the approach of themes such as Afro-Brazilian culture and history in the context of the history of Goiás, which can contribute to the development of critical thinking of readers and to the valuation of the asset investigated, the dance of Congo Vilaboense.

Keywords: Congo Vilaboense. History teaching. Comics. Patrimonial Education.

Introdução

Neste artigo, estabelecemos um recorte a partir da pesquisa de mestrado intitulada “Da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos ao Congo Vilaboense – memórias narradas em HQ”, desenvolvida no Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), da Universidade Estadual de Goiás. Nessa pesquisa, analisamos a dança do congo como patrimônio imaterial da cidade de Goiás, a qual resiste aos processos de “silenciamento” (POLLAK, 1989) e tentativas históricas de apagamento. Essa dança tradicional ocorre há mais de 100 anos e é pouco valorizada pelo poder público vilaboense, o que evidencia uma seletividade imposta e voltada para variantes estéticas arquitetônicas que projetaram Goiás como Patrimônio da Humanidade, título conferido pela Unesco, sem considerar muitos grupos sociais que construíram e compõem esse patrimônio.

Essa exclusão do patrimônio da população negra da lista de prioridades de preservação na agenda do poder público local é uma demonstração não apenas do desinteresse, mas do racismo estrutural, um processo histórico que coloca a cultura afro-brasileira como inferior e digna de esquecimento.

Muitas danças tradicionais negras em Goiás se perderam com o tempo, e a maioria dessas práticas culturais foi fomentada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a qual construiu a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Tal igreja foi tomada por freis dominicanos franceses em 1885, e em 17 de outubro 1891 a Irmandade dos Pretos em Vila Boa foi extinguida a mando do bispo Dom Eduardo (CARVALHO, 2008). Por volta da metade da década de 1930, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi demolida, com 200 anos de existência, e em seu lugar foi construída uma igreja em estilo neogótico, tendo seu nome alterado para “Igreja de Nossa Senhora do Rosário”, suprimindo o termo “dos homens pretos” e o pelourinho que havia na cidade foi retirado (PRADO, 2014).

Todo esse processo histórico aponta para um claro movimento de silenciamento da memória e da cultura negra na cidade. O patrimônio cultural negro não fez parte da seleção dos elementos representativos da cultura e memória local considerados dignos de perenidade. O Congo Vilaboense é um exemplo de patrimônio imaterial da cidade que resiste aos movimentos de silenciamento historicamente engendrados e à exclusão resultante do processo de patrimonialização a que a cidade foi submetida, já no século XXI.

A realização de uma ação de educação patrimonial em Goiás se faz necessária, para que a comunidade vilaboense possa refletir sobre a importância da memória e cultura negra na cidade. Mas alguns desafios se impõem na atualidade do ensino que estamos vivenciando, sobretudo em relação aos mecanismos e instrumentos para realizar essa ação.

A hipótese, que desembocou em uma ação propositiva nesta pesquisa, é a de que o uso das histórias em quadrinhos como uma mídia educativa constitui-se como mecanismo no ensino de história em abordagem de temas como Cultura e História Afro-brasileira e História de Goiás. Além disso, a representação do Congo Vilaboense narrada em HQ pode servir como instrumento de ação de educação patrimonial em sala de aula (ou pelas plataformas virtuais), pois, por fazer parte da realidade do estudante, as HQs facilitam a assimilação do conteúdo proposto.

As HQs, como material didático, podem ainda contribuir para o desafio de ensinar história em tempos de pós-pandemia, os quais têm demandado processos de ensino-aprendizagem que promovam a diversidade e que sejam acessíveis a todos os estudantes da rede pública de ensino, mesmo aqueles que não dispõem de acesso à internet.

A metodologia adotada para a pesquisa foi o levantamento bibliográfico, de fontes documentais e pictográficas, e entrevistas com os conguistas (dançantes do congo), fundamentais para esclarecimentos a respeito da origem, da performance e dos rituais da dança, e para criar a história em quadrinho intitulada “A Família Real Vilaboense”.

O artigo está estruturado em três tópicos. No primeiro, tratamos sobre a memória negra no contexto histórico da cidade e sobre o Congo Vilaboense como patrimônio que resiste aos processos de silenciamento e exclusão. O segundo tópico propõe o uso das HQs como mídias educativas para o ensino de história, dando ênfase ao desafio atual supracitado. E, por fim, as considerações finais apontam para a ação propositiva de educação patrimonial por meio de uma representação da história do Congo Vilaboense em forma de quadrinhos, como produto resultante da pesquisa realizada.

O Congo Vilaboense: memória negra e patrimônio ainda em movimento

Partimos do entendimento de que qualquer análise da ação colonial deve considerar as relações de poder estratificadas nos diversos segmentos sociais, as zonas de trânsitos e os processos de negociação desse cenário. Isso implica compreender “os negros na condição de

escravos não apenas como indivíduos desterritorializados e dominados por um sistema opressor, mas também, e principalmente, como sujeitos ativos que criam brechas para participação autônoma numa estrutura que se pretende fechada” (SILVA, 2014, p. 744).

Nesse sentido, as irmandades negras tiveram grande importância no Brasil Colonial, tanto para cristianizar os povos africanos que aqui chegavam, quanto para exercerem a autonomia de organizações e expressões culturais, entre as quais se destacam os festejos de louvor aos santos católicos. Soares (2000) afirma a importância das irmandades como:

Uma das formas de escapar ao controle do senhor em alguma esfera de sua vida cotidiana. No universo escravista, as esferas de liberdade podem estar na escolha dos parceiros conjugais, na frequência aos batuques, em ir e vir pela cidade e na possibilidade de filiar-se e frequentar uma irmandade. As irmandades são uma das poucas vias sociais de acesso à experiência da liberdade, ao reconhecimento social e à possibilidade de formas de autogestão, dentro do universo escravista. (SOARES, 2000, p. 166).

A Igreja Católica fomentava a formação das irmandades pois não havia clérigos suficientes para a conversão desses povos. As irmandades começaram a ser formadas a partir do século XVII, teve o ápice no século XVIII e declinaram na segunda metade do século XIX, como resultado do fim do tráfico e da abolição da escravidão (REGINALDO, 2005).

Enquanto ativas, essas instituições tornaram-se então espaço de poder e resistência dos grupos e comunidades a elas atreladas. Representavam um sopro de liberdade dentro do sistema escravocrata, no qual desenvolviam práticas culturais que abrigavam diversas formas de expressão, dentre elas o congado¹.

Os festejos promovidos pelas irmandades e os ritos religiosos em louvor aos santos permitiam aos escravizados, por um breve momento, terem o protagonismo e a liberdade de manifestarem seus próprios ritos. Corroborar com essa ideia Amaral (1998), para quem a festa constituiu-se um meio de comunicação intercultural na Colônia, uma forma de diminuir as tensões próprias da diversidade étnica das distinções sociais da Colônia.

¹ Dança tradicional afro-brasileira que ocorre em diversas regiões do Brasil, foram promovidas por Irmandades Negras por volta do século XVII e ocorrem até a atualidade. O congado é uma dança que resulta de elementos culturais africanos com influência do Congo e da Angola e elementos tradicionais do catolicismo português. A dança é formada por um grande número de dançantes e representam uma guerra entre os mouros e cristãos (ora entre os reinos africanos do Congo e da rainha Ginga da Angola) que finaliza com acordo de paz entre ambos e a conversão dos mouros em cristãos. Essa manifestação tradicional é composta por encenações, cantorias e batuques, desfiles nas ruas, embaixadas e são em louvor principalmente a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia dentre outros santos católicos.

No antigo Arraial de Sant'Anna² houve diversos festejos vinculados à antiga Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos³, como por exemplo, a Entrada da Rainha (CURADO, 1989) e as Congadas (LACERDA, 1977). Há registros históricos das Congadas em Goiás de 1819 (POHL, 1951) a 1889 (CARVALHO, 2008) e a partir de 1900 não há mais registros históricos da dança. Possivelmente, a Congada permaneceu inativa por um determinado tempo e recomeçou como um grupo de Congo em Goiás, que atualmente é conhecido como Congo Vilaboense. O Congo Vilaboense é uma manifestação performática formada por um grupo familiar de comunidade negra da Cidade de Goiás, com cerca de 30 componentes dançantes, demonstrando ser um festejo atrelado a ritos religiosos em louvor a Nossa Senhora do Rosário. Atualmente, o Rei⁴ do Congo é seu José de Arruda.

Cabe ressaltar que apesar de enfatizar a participação dos congos que dançavam na festa de Nossa Senhora do Rosário e a irmandade também ser especificamente de povos negros, não foram encontradas evidências históricas, mas apenas indícios da relação do Congo Vilaboense com a antiga irmandade dos pretos da cidade de Goiás. A pesquisa feita por Macedo (2015), realizada em 2014, aponta que os dançantes entrevistados não viam relação de suas práticas com a já extinta irmandade. E na entrevista realizada com o Secretário⁵ da dança, não há relação do congo com nenhum tipo de congada das demais regiões de Goiás, a exemplo de Catalão, que tem a Congada como herança da população migrante mineira.

Brandão (1977) apresenta o Seu Arédio como o dançante mais antigo do congo em Goiás, participando desde 1915 até a data da pesquisa do autor, em 1974. O autor ainda aponta que eles sempre dançaram para Nossa Senhora do Rosário e para o Divino Espírito Santo, e o grupo existe há mais de 106 anos, no mínimo.

Por outro lado, segundo o mesmo autor, “a dança está em decadência, e o que se apresenta hoje é o que restou dos ternos anteriores, maiores e de melhor qualidade cênica” (BRANDÃO, 2004, p. 151). Tal decadência seria justificada pela falta condição financeira dos

² Atualmente, Cidade de Goiás, um município brasileiro, fundado primeiramente como Arraial de Sant'Anna em 1729. A cidade foi a primeira capital do Estado de Goiás, sendo destituída por volta do final dos anos 1930. Sua população é de 24.071 habitantes de acordo com o IBGE (2022). O município foi reconhecido em 2001 pela UNESCO como sendo Patrimônio Cultural da Humanidade por sua arquitetura barroca, por suas tradições culturais seculares e pela natureza exuberante que circunda a cidade.

³ Irmandade Negra criada no século XVIII no Arraial de Sant'Anna para abrigar o culto do povo negro, foram responsáveis pela construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos por volta de 1732.

⁴ Cargo mais alto da dança do Congo Vilaboense.

⁵ Secretário é um posto na dança do Congo Vilaboense.

dançantes, na negociação entre brancos e negros, os últimos estariam em situação de subalternidade e que havia dificuldade de encontrar dançantes para que pudessem sair as ruas.

Segundo Macedo (2015), no Congo Vilaboense a performance é dividida em embaixadas e marchas de rua, a dança é realizada por indivíduos afro-brasileiros, e ocorre com a encenação da dança, com falas e atuações, nas festas do Divino Espírito Santo e na Festa de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, dentre outros santos católicos. (MACEDO, 2015, p.21).

Nas entrevistas realizadas com os conguistas, o dançante Embaixador⁶ aponta que há dificuldade de reunir dançantes por muitos serem de diversas regiões de Goiás ou de municípios e/ou assentamentos próximos a cidade. De acordo com o dançante Secretário⁷, o grupo não recebe verba municipal para que saiam as ruas, e no passado, o Rei do Congo, seu José de Arruda, enfrentou diversas situações de não ter vestes, maquiagem ou sapatos para que pudessem dançar.⁸

Diante disso, entendemos que a tradicional dança não se encontra em decadência, mas sim em resistência aos revezes que enfrenta. Como posto por Lima (2017) em alusão às festas populares, pode ser entendida como “mecanismo de resistência cultural”, ao permitir “a recuperação da memória histórica, dos valores, das tradições e das formas de vida da comunidade local”. E também “porque no entrecruzamento entre o popular e o religioso”, tornou-se “veículo, suporte material e espaço de luta entre diversas interpretações do passado hierarquicamente posicionadas” (LIMA, 2017, p. 225).

Sem nenhum tipo de registro ou inventário como patrimônio imaterial, e pouco reconhecimento da própria sociedade vilaboense, conforme foi demonstrado pelos resultados de questionários aplicados durante a pesquisa, o Congo Vilaboense enfrenta dificuldades para manter-se como tradição viva e resiste a todos os processos de silenciamento dessa prática cultural.

De acordo com o artigo 216 da Constituição de 1988, são considerados patrimônio cultural brasileiro

⁶ Embaixador é um posto da dança. O participante optou por manter-se anônimo caso fosse citado na pesquisa. Entrevista realizada em 2020.

⁷ O dançante optou por manter-se anônimo caso fosse citado na pesquisa. Entrevista realizada em 2021.

⁸ Entrevista realizada em 2021 com o Secretário do Congo. “Toda vida teve essas dificuldades”.

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Entretanto, essa manifestação singular da cidade de Goiás resiste à sombra do título de Patrimônio Mundial da Humanidade da cidade de Goiás, conferido à cidade pela UNESCO em 2001. A herança barroca colonial é superestimada e erigida a símbolo da identidade e cultura goiana, em detrimento da memória e cultura afro-brasileira presentes em manifestações como o Congo Vilaboense, o que inviabiliza o fomento de recursos para que essas expressões realizem suas manutenções e continue acontecendo.

A memória está intimamente associada ao patrimônio, embora haja entre os dois uma oposição bastante dinâmica, como esclarece Jeudy (2004, p. 13): “O patrimônio é uma empresa de representação da memória, uma construção de “coisas” da memória. Ele tem uma condução inversa a da memória, uma vez que “utiliza-se de uma gestão do tempo para dispor a memória em ordem”. Essa gestão patrimonial, materializada nos órgãos de preservação e de planejamento urbano e turístico, é assim, uma “gestão espacial da temporalidade”. Ela age no espaço patrimonial, que por sua vez, “se inscreve nos lugares, nos monumentos que oferecem representações fortes públicas e coletivas do patrimônio” (JEUDY, 2004, p. 14).

Já a memória, ao contrário do patrimônio, tem uma “liberdade extraordinária” em relação ao tempo, irrompendo em imagens a uma velocidade muito maior. Segundo Jeudy (2004, p. 14), “a rapidez em que aparecem e desaparecem não serve à fabricação do objeto patrimonial. A memória pode escapar à construção patrimonial, mas, ao mesmo tempo, estimula-a”.

Analisando a resistência da Dança do Congo em Goiás, identificamos essa “liberdade da memória” apregoada por Jeudy (2004), em relação ao patrimônio, que, por sua vez, é fechado em uma temporalidade. Enquanto gestores do patrimônio buscam eleger o que deve permanecer em memória para o tempo futuro, as manifestações culturais populares, em sua espontaneidade e autonomia comunitária, permitem que as memórias coletivas resistam aos processos de conservação que terminam sempre por petrificar o patrimônio, impondo modelos.

A maioria dos partícipes do Congo Vilaboense não interpretam o porquê dos variados ritos e performances, não há um saber sistematizado ou um conhecimento profundo sobre a origem da celebração, ou apenas situam-na a um marco histórico-temporal genérico, como nas falas “veio dos africanos” ou “já existia no tempo da escravidão”. Mesmo assim, consideramos a resistência da dança como *o patrimônio em movimento*, em reatualização, em ciclo. São reminiscências que possibilitam determinada continuidade, apesar das descontinuidades sobrevindas.

Como todo patrimônio, este corre o risco de se perder, e foi significativamente afetado pela condição de distanciamento social imposta pela pandemia do coronavírus desde março de 2020. A não ocorrência por dois anos de uma manifestação cultural movimentada por um pequeno grupo, e que já se encontrava fragilizada, representou uma ameaça ainda maior à sua continuidade. Essa situação, no decorrer da pesquisa que ocorreu entre 2019 e 2021, nos provocou algumas indagações de como contribuir para uma ação de preservação junto a esse grupo, uma vez que defendemos, como estratégia de manutenção do mesmo, torná-los conhecidos e reconhecidos pela comunidade local. Qual seria o mecanismo e os instrumentos para realizar essa ação?

A HQ é um recurso que pode transformar-se em mídia educativa e atuar no ensino, dentre as diversas disciplinas, da História. O professor de História, assim como todo educador, deve ter um compromisso profissional com a sociedade e preocupação com a preservação patrimonial. Assim, a fim de fomentar o reconhecimento do bem, a valorização e a preservação desse patrimônio, propomos a produção de uma HQ que verse sobre os temas do escravismo, do protagonismo negro, da religiosidade afro-brasileira, da dança das congadas, congados e congos, incluindo a singularidade histórica e local do Congo Vilaboense. A HQ foi intitulada como “A Família Real Vilaboense” e sua aplicação, como instrumento de educação patrimonial, está detalhada nos próximos tópicos.

O uso das Histórias em Quadrinhos no ensino de História em tempos de (pós) pandemia

Devido a situação da pandemia da COVID-19, todos os campos da sociedade sofreram drásticos impactos. No Brasil, do início da pandemia até junho de 2021, mais de 15,2 milhões de pessoas foram infectadas e mais de 477.307 mil pessoas morreram em decorrência do

agravamento da doença⁹. Deste modo, o ensino a distância ocorreu por prazo indeterminado, pois ainda que muitos municípios já tenham iniciado o plano de vacinação para os professores do ensino básico e superior, não há previsão para a vacinação de toda população.

No contexto global, a Unicef estima que há 1,5 bilhão de crianças e adolescentes que ficaram sem aulas, sendo 91% do total de alunos e mais de 95% da América Latina¹⁰ (UNICEF, 2020). No Brasil, a maioria das regiões brasileiras adotaram medidas de educação a distância, entretanto, nem todos os alunos tiveram acesso às tecnologias e à internet para realizarem as atividades da escola. Assistimos a um grande desafio para o sistema educativo brasileiro, pois a situação da pandemia fomentou a desigualdade educacional e a evasão escolar.

A pandemia evidenciou que as escolas são, de fato, lugares privilegiados da disseminação do saber e instituições importantes para a realização do ensino-aprendizagem e da interação social. Devido às dificuldades de acesso dos estudantes a aulas programadas na modalidade à distância, os professores e a escola buscaram se ajustar a essa realidade, optando pela alternativa de entrega de materiais impressos para aqueles que não tinham acesso à internet.

Diversas medidas formais possibilitaram a inclusão das HQs como recurso didático, como no caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹¹, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)¹², o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), e outros projetos estaduais e municipais que incluem e distribuem para as escolas brasileiras publicações de histórias em quadrinhos destinadas a constituir um acervo de uso dos professores em suas práticas didáticas.

As HQs são necessárias nas escolas porque tratam de diversos aspectos da vida e atingem todas as camadas sociais, podendo contribuir, de fato, em todas disciplinas escolares. Elas oferecem diversas vantagens ao serem aplicadas em sala de aula, pois o estudante tem familiaridade com as histórias em quadrinhos, fazem parte do seu dia-a-dia elementos como as tiras, os memes e etc. A HQ também é um material de fácil manuseio e de preço bastante acessível.

⁹ Especiais G1. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-move/>

¹⁰ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>

¹¹ Promulgada em 29 de dezembro de 1996, aponta a necessidade de inserção de outras linguagens e manifestações artísticas nos ensinos fundamental e médio.

¹² No final dos anos 1950, os PCNs trouxeram uma releitura das práticas pedagógicas aplicadas na escola, criando novo referencial a ser adotado pelos professores nos ensinos fundamental e médio, e nele inclui as HQs em projetos educacionais específicos.

Através do entretenimento, as HQs suscitam um interesse espontâneo pelo conteúdo narrado, atingindo o sistema de valores e conhecimentos do leitor. Essas informações incorporadas se acrescentarão às já estabelecidas, enriquecendo o repertório de saberes do mesmo. Além disso, a combinação da palavra com a ilustração potencializa o processo educacional e sintetiza inúmeras ideias que são possibilitadas pela estrutura da narrativa.

Para além da HQ ser um instrumento que possibilita uma fácil compreensão do conteúdo histórico proposto, há inúmeros benefícios na prática da leitura de quadrinhos: as HQs promovem a prática de leitura, aumentam o vocabulário do estudante, ajudam na compreensão da narrativa da história, promovem maior facilidade em memorizar o conteúdo proposto e desenvolvem habilidades aos alunos como o enriquecimento da escrita, do pensamento, possibilitando a conexão entre as linguagens visuais e verbais.

Para nossa proposta, convém relacionar o uso das HQs à perspectiva da educação decolonial, o que se constitui como um grande desafio para a América-Latina, cuja formação socioespacial se deu estruturada em um processo de dominação colonial. É dever do professor se comprometer com uma educação que liberte e com o ensino que rompa as barreiras e promova a mudança nas estruturas da sociedade capitalista (FREIRE, 2014). Para promover a transformação na educação, o projeto político-pedagógico deve estar em compromisso com a luta antirracista, pois este possibilita a promoção de uma igualdade racial no ambiente escolar (RIBEIRO, 2019). Segundo Oliveira (2016, p. 37):

Decolonizar, significaria então, no campo da educação, uma práxis baseada numa insurgência educativa propositiva – portanto não somente denunciativa – por isso o termo “DE” e não “DES” – onde o termo insurgir representa a criação e a construção de novas condições sociais, políticas e culturais e de pensamento. Em outros termos, a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais. DEcolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica.

Em 2003, após várias décadas de lutas e reivindicações do movimento negro que visava o reconhecimento e valorização da cultura negra, entrou em vigor a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todo o sistema

educacional brasileiro, e esta lei atuou na alteração da LDB, que passou a ser acrescida dos artigos 26-A, 79-A e 79-B¹³.

Entretanto, a obrigatoriedade do ensino de História Africana e Afro-brasileira foi revogado pela MP 746/2016 pelo governo do então presidente Michel Temer (2016-2018). A revogação da referida lei enfraqueceu o combate ao racismo e a valorização da história e cultura afro-brasileira em sala de aula. Isso somou-se ao fato de o ambiente escolar historicamente ter sido palco de manifestações de discriminação e preconceito das mais variadas formas, como afirmam Moreira e Candau (2003, p. 93):

[...] a cultura escolar tende a não reconhecê-los, já que está impregnada por uma representação padronizada da igualdade – “aqui são todos iguais”, “todos são tratados da mesma maneira” - e marcada por um caráter monocultural. A escola em geral, lida mal com as diferenças e tende a silenciá-las e neutralizá-las. (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 160).

Diante disso, a criação de uma HQ que aborde sobre a história e cultura afro-brasileira seria um mecanismo de resistência à revogação da Lei 10.639/2003 e recurso de promoção de uma diversidade representativa, permitindo a abertura para o protagonismo de personalidades africanas e afro-brasileiras de forma criativa no ensino de história e a afirmação da identidade negra. A literatura infanto-juvenil pode contribuir para a desconstrução de preconceitos e racismo no espaço escolar, podendo recriando possibilidades de transformar as bases sociais, ao fomentar um pensamento crítico propositivo e consciência histórica nos estudantes.

As HQs possibilitam às crianças e jovens se identificarem e se verem representados nas obras. Já a Lei 10.639 é um aparato legal para que as obras literárias se humanizem e reconheçam outras culturas, rompendo com os padrões eurocêntricos. Assim, faz-se necessário que essa auto identificação ou identificação do outro ocorra de uma forma a não promover o racismo. Em outras palavras, é preciso desconstruir a imagem de subalternidade em que o negro

¹³ Art. 26 –A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e cultura Afro-Brasileira. 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo, incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. 2º Os conteúdos referente à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’. (BRASIL, 1996).

recorrentemente foi representado ao público infanto-juvenil, levando chicotadas no Pelourinho, ou em personagens como a tia Anastácia e o Saci- Pererê.

Conforme a autora Luyten (2011), a história em quadrinhos é um instrumento que fomenta a identificação do leitor com o personagem e através dessa fantasia, o leitor pode projetar sua personalidade naquilo que almeja ser. Deste modo, as HQs oferecem uma identificação projetiva da personalidade. No caso da proposta que apresentamos neste artigo, personagens afro-brasileiros podem ter grande carga representativa para os leitores negros que pouco são representados ou são representados de forma pejorativa, favorecendo uma assimilação afetiva com o conteúdo.

Considerações Finais Propositivas – O Congo Vilaboense representado nas HQs em “A Família Real Vilaboense”

As HQs proporcionam formas distintas de relatar sobre um fato histórico narrado. As ilustrações comunicam de forma dinâmica e podem retratar os eventos históricos de fácil compreensão (conteúdos mais simples), ou eventos que carecem de ser explicados de forma mais complexa através do uso de situações, narrativas e personagens que dele fizeram parte.

As ilustrações são um convite à criança para reestruturar, partindo delas, suas configurações mentais, indo do concreto à abstração da palavra. Nos quadrinhos as palavras recebem um tratamento plástico diferente do usual, devido à forma como são colocadas: em balões, com tamanhos, formas e espessuras diferentes, que podem transformar os significados, possibilitando conotações distintas daquelas que haveria no caso de o texto ser apenas escrito. (FOGAÇA, 2003, p.125).

A história em quadrinhos, nesta pesquisa, é um instrumento para tornar o ensino de história mais lúdico e de fácil assimilação do conteúdo proposto, cujo objetivo é valorizar e fomentar a preservação da dança do Congo Vilaboense como patrimônio cultural.

O conceito de representação emergiu como ideia fundamental para orientar essa pesquisa. Chartier (1987) a compreende como construções sociais que dão sentido ao mundo de um outro momento histórico. Assim, os indivíduos de determinado período retratam a

realidade por meio de conceitos que lhes dão sentido à existência: o que gera os discursos, as condutas, as práticas sociais, como meio de explicar o real em dado momento histórico.

Nesse sentido, construímos um roteiro que transporta a memória negra, especificamente a memória da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, para uma abordagem mais contemporânea, reconstruindo as representações sociais em torno do grupo social envolvido. Essa proposta, além de constituir-se como um mecanismo para estabelecer a ponte entre professor e aluno, proporcionando assimilação dos conteúdos relativos à História Africana e Afro-brasileira, também vislumbra a aplicação prática da educação patrimonial, a partir de uma releitura de uma manifestação cultural tradicional na cidade. Em defesa dessa abordagem sobre preservação, Carlos Rodrigues Brandão indaga que:

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p.51)

A proposta de produção da HQ “A Família Real Vilaboense” foi promover maior igualdade de representação do patrimônio local, destacando o Congo Vilaboense, e com isso contribuir para a identificação da comunidade com suas referências culturais.

A produção da História em Quadrinho “A Família Real Vilaboense” foi autoral e independente. O método de criação buscou pensar/reinventar a projeção sobre a realidade, na qual o personagem propõe um ideal a ser alcançado, que no caso, é a valorização da dança do congo. O artista e designer gráfico Mário Melanin foi o responsável pela ilustração da HQ, José Mendes, atual secretário do Congo, narrou a história, e Jade Damásio Melo transcreveu a narração para a HQ. O formato da HQ é no sentido vertical nas proporções A5, 14x21 cm.

Figuras 1 e 2: Capa e página 7 da HQ “A família real vilaboense”.

brasileira. Esperamos com isso, apontar para novas possibilidades de ensino, bem como fortalecer os vínculos da comunidade vilaboense com o seu patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita de Cássia. **Festa Brasileira, significados do festejar, no país “que não é sério”**. 1998. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. São Paulo, SP.

G1. Mortes e casos conhecidos de Coronavírus no Brasil e nos estados. **GLOBO**, 08 de jun. de 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/> Acesso em: 09 jun 2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Dança dos Congos da Cidade de Goiás**. IN: Braz de Pina. *Folclórica*. n.6, ano.5, Serviço de Proteção ao Folclore/SUPAC/SEC/GO. Goiânia: Gráfica do livro Goiano Ltda, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura, Educação e Interação**: observações sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.] *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **De tão longe vinho vindo**: símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás. Goiânia: Editora da UFG, 2004.

BRASIL. **Lei 10.639 de 2003**. Anterior a Lei 9.34 de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial da União, Brasília. Poder Executivo, 23 de dezembro de 1996.

CARVALHO, Euzebio Fernandes de. **O Rosário de Aninha**: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Ana Joaquina Marques (Cidade de Goiás, 1881-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

CHARTIER, Roger. **História Cultural entre as práticas e as representações**. Portugal, Ed. Instituto de Cultura Portuguesa, 1987.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **Artigo 216 de 05 de outubro de 1988**. Brasília. Poder Executivo, 1988. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp

CURADO, Sebastião Fleury. **Memórias Históricas**. Goiânia: Estado de Goiás – Fac. Similar, 1989.

FOGAÇA, A. G. *A Contribuição das Histórias em Quadrinhos na Formação de Leitores Competentes*. Curitiba: PEC, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Prefário Moacir Gadotti; Trad. Lilian Lopes Martin. Vol. 36, Ed. Rev./Atual. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama. Acesso: 11 set. 2023.

JEUDY, Henri-Pierre. **Liberdade da memória - uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy**. *Revista Pós*, São Paulo, n. 15, p. 10 – 15, jun. 2004.

LACERDA, Regina. **Vila Boa**. Goiânia: Oriente, 1977.

LIMA, Luana Nunes Martins da. **Lugar e memória**: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência. 397 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

LUYTEN, Sonia Bibe (Org.) **História em quadrinhos: leitura crítica**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1985

- MACEDO, Eliene Nunes. *Dança dos Congos da Cidade de Goiás: performances de um grupo afro-brasileiro*. 160 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura(s):** construindo caminhos. Educação escolar e cultura(s), Revista Brasileira de Educação, nº23, p.155-168, Maio/Jun/Jul/Ago, 2003.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **O que é uma educação decolonial?** *Nuevamérica*, Buenos Aires, v. 149, p. 35-39, 2016.
- POHL, João Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Empreendida nos anos de 1817-1821, Ministério Nacional do Livro, Tomo II. Rio de Janeiro, 1951.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 02, n 03; 1989, p. 3-15, 1989.
- PRADO, Paulo Brito do. **Patrimônio Inquirido: Por Uma História de Memórias Subterrâneas nos Sertões de Goiás em 1930**. PPGHIS/UnB nº24, Brasília, Jan-Jun, p.170-195, 2014.
- REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. 2005. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Renata Nogueira da. **Irmandades Negras, zonas de negociações e demandas político-religiosas**. In: Seminário de Antropologia da UFSCAR, 1, 2014, São Carlos. *Anais...* [...] São Carlos: UFSCAR, 2014, p. 743 – 753. Disponível em: <<http://www.seminariodeantropologia.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/09/ANAIS-DO-III-semin%C3%A1rio-de-antropologia-pdf.743-753.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2021.
- SOARES. Mariza de Carvalho. **Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- UNICEF BRASIL. Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe, estima o UNICEF. 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em: 09 jun. 2021.